

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2021.18.12988>

APRESENTAÇÃO

Fake News, Relativismo e Direitos Humanos

Quando falamos de *fake news* estamos falando sobre o lugar da mentira e o lugar da verdade na sociedade digital. As *fake news* não são algo novo, mas adquirem na sociedade digital a sua faceta mais potente. Na verdade, a sociedade digital está mudando profundamente a humanidade. E falo em termos existenciais mesmo. Estamos nos tornando diferentes. Não é apenas em relação à forma de nos comunicar, relacionar, trabalhar. As pessoas são produzidas de modo distinto por esses novos arranjos que a sociedade digital nos oferece. Isso nos obriga a fazer algumas perguntas:

Como é possível que, apesar de tanta informação disponível, tantas formas para confirmar a veracidade das informações, viralizam campanhas contra a Ciência, contra as vacinas, contra a democracia? Como é possível, ainda hoje, o debate sobre a terra plana ganhar um lugar, por menor que seja? Como é possível negar fatos históricos publicamente conhecidos e registrados? Como podem surgir campanhas negacionistas de todos os tipos e uma interminável quantidade de teorias da conspiração (o que não é novo, mas agora potencializado)? Como é possível negar a própria morte e impor ao luto, em tempos de pandemia, uma naturalidade que ele nunca deveria ter?

Por que as pessoas, mesmo estando com os olhos e ouvidos abertos, se comportam como se eles estivessem fechados?

Veja-se que a própria ideia de verdade parece estar deslocada do lugar. No ano de 2016, por exemplo, segundo o dicionário Oxford, “pós-verdade” foi considerada a expressão do ano. O contexto das eleições americanas que elegeram Trump tem uma relação direta com esse acontecimento.

“A mentira é mais confortável do que a dúvida, mais útil do que o amor e mais duradoura do que a verdade”. Assim enunciava um personagem de Gabriel Garcia Marques como alegoria crítica aos regimes ditatoriais da América Latina (*O outono do patriarca*). Será que é por isso que, segundo as pesquisas indicam, as notícias falsas são propagadas com muito mais rapidez do que as verdadeiras?

Será que tem razão Umberto Eco quando afirmou que as redes sociais dão o direito à palavra a uma “legião de imbecis” que antes falavam apenas “em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”. “Normalmente, eles [os imbecis] eram imediatamente calados, mas agora eles têm o mesmo direito à palavra de um Prêmio Nobel”, afirmou o intelectual. Segundo Eco, o drama da Internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade.

O que isso tudo significa? A sociedade digital impõe uma nova realidade. E qual a tônica dessa nova realidade?

Obviamente que não temos respostas acabadas para tais perguntas, mas alguns itinerários são possíveis. Não há dúvida sobre os avanços que a sociedade digital nos proporciona. Estamos aqui neste momento por conta dos avanços tecnológicos. Muitas conquistas tecnocientíficas melhoraram a vida da humanidade.

Temos, contudo, alguns desafios a enfrentar.

Já faz algum tempo que a sociedade vem se individualizando. Nesse tipo de sociedade hiperindividualizada, atomizada, as redes ocupam um lugar importante, constroem um lugar de pertença pela confirmação de si mesmo. As grandes narrativas comunitárias, nos lembra Bauman, têm sido substituídas por dinâmicas de identidade. O processo de identificação com o mais do mesmo ganha potência na Internet.

O enxame digital (HAN) consiste em indivíduos singularizados em busca de reconhecimento permanente, à procura de *likes*, de curtidas, de seguidores...de uma busca narcísica exagerada de afirmação de si. Numa sociedade atomizada não é de estranhar que as redes nos ofereçam amigos, seguidores ou comunidades (como fazia o Orkut).

A egotização da vida e a atomização da sociedade promovem uma desintegração generalizada do comum e do comunitário. A afirmação de mais do mesmo que instantaneamente as redes oferecem transforma o espaço digital num lugar de trocas afetivas e não necessariamente de comunicação autêntica (HAN).

Esse meio de comunicação tende a aproximar iguais, confirmando individualidades, e afastar os diferentes. E quando o diferente é erodido, a democracia corre risco. O grande projeto dos regimes autoritários foi sempre atacar a diversidade. Nas redes esse movimento é altamente potencializado.

A comunicação digital, destaca Han, desconstrói a distância de modo generalizado. E a desconstrução da distância espacial acompanha a erosão da distância mental. Essa falta de distância tem levado a uma mistura entre o público e o privado. “A comunicação digital fornece essa exposição pornográfica da intimidade e da esfera privada”. As redes mostram-se como espaços da exposição do privado. A comodidade da comunicação digital promove um crescente afastamento de pessoas reais, do mundo real. Ela é cada vez mais sem rosto e sem corpo. Ela totaliza o imaginário. O *smartphone* se abre, como observa Han, como um espaço narcísico, uma esfera de imaginário na qual eu me tranco. Por meio dele o outro não fala. A comunicação digital é uma comunicação pobre de olhar. Ali se instaura o império da individualidade, da felicidade individual, do consumo. Fotos e mensagens que precisam ser modificados todos os dias para manter a atenção dos seguidores em torno de coisas sem importância. Nesse lugar um influenciador digital pode facilmente ter mais seguidores que escritores ou cientistas...

Na mídia digital somos todos produtores ativos de notícias. Tudo vira ou quer virar, sem crivos e sem mediatização, cultura, notícia, literatura, política. Tudo é em excesso. O problema é que o excesso ataca diretamente o seu próprio objeto. É no excesso de corpos que se instala a morte do erotismo. É o excesso de conteúdos na *Net* que justamente obriga um agir estratégico sobre o poder da informação. As *fake news* não são algo novo, mas paradoxalmente elas se instalam de modo potente justamente no momento em que o mundo mais produz conteúdos compartilhados.

E como filtrar tanta informação? Simples. A maioria não filtra. Compartilha o que gosta e aquilo que retroalimenta o seu lugar no mundo. E ser for mentira? Não importa, pois é o que eu penso, ou o que eu sou ou o que eu represento. Pode ser mentira, mas é a mentira que me constitui, é a minha mentira. Isso é ainda mais grave quando quem compartilha a mentira tem muitos seguidores ou é um líder religioso ou político, por exemplo.

Por isso a estratégia das mensagens e vídeos curtos, assertivas fechadas, conclusões simplistas. A linguagem exagerada e simples produz engajamentos rápidos para pessoas pouco atentas. Nada escapa. Tem conteúdo para todos os tipos de temas, produzidos em tempo instantâneo e disparado em tempo real para milhares/milhões de pessoas (sobretudo para obtenção de vantagens). De cura milagrosa ao coronavírus, à defesa da terra plana (quem já não recebeu algo parecido).

Quais, porém, os riscos disso tudo?

É pela linguagem e pela comunicação que se constroem espaços intersubjetivos. Quando isso é dificultado a democracia corre risco. Alguns acordos e regras são fundamentais para que a democracia aconteça. Não é possível um debate quando as pessoas pensam que a Ciência ou o Direito são quaisquer coisas.

Opinião não é ciência, não é conhecimento científico. O direito das pessoas não se confunde com opiniões. Direito define critérios, estabelece limites...

A Ciência produz, a partir de suas próprias metodologias, os seus saberes. A comunidade científica tem uma linguagem própria e formas próprias de avaliar suas conclusões. Ela precisa ser demonstrável, precisa respeitar os padrões definidos pela própria Ciência. Não se trata de uma opinião. Alguém contrataria um advogado para fazer uma cirurgia cardíaca? Ou contrataria um paraquedista para construir um prédio? E por que não? Porque alguns saberes (mesmo técnicos) são considerados indispensáveis para que uma determinada atividade ocorra da melhor forma possível.

A nossa Ciência, dizia Einstein, “comparada à realidade, é primitiva e infantil – e, mesmo assim, é a coisa mais preciosa que temos”.

E isso nos conduz ao problema do relativismo, *fake news* e liberdade de expressão.

Nas democracias as pessoas têm liberdade de expressão, o que significa que elas não podem ser previamente censuradas. Isso não quer dizer que se elas se manifestarem de maneira criminosa não serão punidas. Os direitos todos têm limites. Nos EUA, um país que considera o direito de liberdade de expressão ainda mais amplo que o nosso, ainda no início do século 20 já se dizia que esse direito tem limites. O juiz Holmes destacava que não está amparado no direito de liberdade de expressão alguém gritar “fogo” no meio de um espetáculo de um teatro lotado, colocando em risco centenas de pessoas que seriam pisoteadas ao tentarem fugir em virtude do falso alerta.

A democracia não alberga o direito de as pessoas lutarem e defenderem o fim da própria democracia. O Direito impõe limites e, portanto, o Direito não é aquilo que as pessoas querem que ele seja. Os direitos, numa sociedade democrática, impõem um padrão, critérios que permitem a vida em sociedade com um mínimo de estabilidade.

O Direito não ampara o racismo, a homofobia, a misoginia e todas as demais formas de preconceito. Não podemos mais relativizar estas questões. A busca de uma sociedade mais justa não deve se alicerçar na falsificação da história e na mentira.

É importante todos nós aprendermos a filtrar informações. As escolas, a imprensa, as universidades, as famílias, etc., terão um papel fundamental nisso, em ajudar a esclarecer coisas, estabelecer conexões, permitir que o falso não prolifere como verdadeiro, que ele tenha resistência. É preciso senso crítico.

A liberdade individual só pode existir como um projeto coletivo. Essa é também a missão de nossa revista, apresentar-se como um espaço de resistência epistêmica e como propagadora da democracia e dos direitos humanos em sua plenitude emancipatória.

Ijuí, novembro de 2021.

Doglas Lucas
Editor